Ano III — Guimarães, 4 de Outubro de 1918 — Número 150

# VIMARANENSE

Semanário político, literário e noticioso, órgão do Partido Evolucionista

Director, proprietário e editor — *Custódio dos Santos Lima Guimarães*

PREÇO DA ASSINATURA

| | |
|---|---|
| Ano, sem estampilha | 1$20 |
| Semestre, idem | $60 |
| Ano, com estampilha | 1$50 |
| Semestre, idem | $75 |
| Africa e Brasil, por ano (moeda forte) | 2$25 |
| Número avulso | $04 |

Redacção, Administração, composição e impressão
**Rua Elias Garcia, 86** (antiga rua de Santa Maria)

PUBLICA-SE ÁS SEXTAS FEIRAS

PREÇO DAS PUBLICAÇÕES

| | |
|---|---|
| Anuncios e comunicados, por linha | $06 |
| Repetição dos mesmos | $02 |

Anuncios permanentes, contracto especial.
As obras literarias anunciam-se gratis, recebendo-se na redacção um exemplar.
Os autógrafos, sejam ou não publicados, não se restituem.

## NO REGIME DAS COMPETÊNCIAS...

Tudo prometeu a êste país a gente desvairada que fez a revolta do parque Eduardo VII,—desde o pão barato até á pacificação da familia portuguesa. Ainda não houve govêrno,—se se póde chamar assim aos que assaltaram o poder em 5 de Dezembro—que mais prometesse, mas também ainda não houve govêrno que mais faltasse ás suas promessas. Em matéria de pão barato—dando aqui ao pão o significado de subsistencias—é o que se vê: os géneros de primeira necessidade não existem ou encarecem todos os dias, de uma maneira assustadora. E, quanto á tão apregoada pacificação, é o que também todos os dias constatamos: quem não é pelo govêrno vai, na melhor das hipóteses, parar á cadeia.

Mas o melhor para se avaliar quanto a administração dezembrista deve ter desiludido os ingenuos que sinceramente nela confiavam, ainda é, talvez, a apregoada *competencia* dos seus luminosos estadistas, sobretudo em matéria económica.

E' sabido que os homens da república velha—como êles chamam á República de 5 de Outubro—não eram só acusados, naquela campanha de calúnias que tornou possivel o 5 de dezembro, de imorais, embora nunca tivessem feito nada que se parecesse com a negociata vergonhosa das 33.500 acções. Acusavam-nos também de incompetentes. A incompetência dos homens mais representativos da República foi mesmo um dos grandes *cavalos de batalha* da gente do parque Eduardo VII.

Nunca teve a República *velha*—assim desprezivelmente, hoje, chamada por monárquicos, germanófilos e sidonistas—ministros de Estado de pouco mais de 20 anos e ainda estudantes, nem directores gerais de 19, nem subalternos de cavalaria, ignorantes das coisas mais rudimentares de economia, a tratar dos grandes problemas económicos. Nunca o *Diário do Govêrno*, antes de 5 de Dezembro, revelou a ignorância, a leviandade, o pouco senso que revela agora. Nunca se improvizaram homens do govêrno como depois de triunfante êste dezembrismo alucinado e raivoso, ao qual um humorista já chamou, com toda a propriedade, uma —*fedelhocracia*.

Mas... os homens da República *velha* é que eram incompetentes.

Foi assim que os ingénuos, aquêles que em tudo acreditam, se convenceram, sinceramente, ás primeiras horas do dezembrismo de que, com êle, entrariamos, emfim, num regime de competências.

As competências do 5 de Dezembro... A sua moralidade está bem marcada no negócio escuro das acções. E quanto á competência... Vejamos.

Que medidas económicas tomou o govêrno do sr. Sidónio Pais, em quási dez mêses de administração?

Criou o ministério das subsistências. E dir-se-ia que o criou para... acabar com êle, porque nem uma só medida importante ficou da sua curta existência.

Depois, como se fôsse coisa de pouca monta, entregou-se a questão das subsistências ao sr. Tamagnini Barbosa, cujo tempo é pouco para mandar prender republicanos. Pozse então em prática o famoso truque dos varejos que aqui tivemos ocasião de, largamente, analizar. E que essa medida não passava dum truque, aliás transparente e grosseiro, está-se vendo claramente agora. Que deram os varejos? Fizeram aparecer os géneros no mercado?

Fizeram descer os preços? Não. Dia a dia, todos os géneros encarecem ou faltam e depois dos varejos, com que os grandes açambarcadores do Conselho Económico Nacional quizeram fazer cair o odioso da carestia da vida sôbre os pequenos comerciantes, o problema das subsistências só se agravou.

A seguir aos varejos e ainda com o fim de iludir o povo, decretou-se o arraçoamento. Mas arraçoar o quê, se não há géneros no mercado?

O arraçoamento é outro truque. Essa medida poderia ser útil no devido tempo. Hoje, nada se conseguirá com ela.

E em matéria económica... é tudo quanto o govêrno fez. Claro que nem falamos da exportação das sessenta pipas de azeite nem de outras *providências* do mesmo género porque isso vai para o capítulo da—moralidade...

Hoje o que queremos aqui salientar é a apregoada competência do govêrno do sr. Sidónio Pais. Na questão económica deu isto: a criação do ministério das subsistências, os varejos e o arraçoamento. O que se conseguiu com estas tres medidas já vimos e mais temos ainda para ver.

E era esta gente que falava da incompetência dos outros! Aquela *incompetência* de que o dezembrismo tentou aproveitar-se, num momento lúcido, quando farto de fazer disparates quiz entregar a questão económica ao ministro do Trabalho do govêrno deposto em 5 de Dezembro, a quem dava plenos poderes...

Pois a competência dos homens de Dezembro, reduzida a numeros, dá um aumento de mais de 100 por cento nos principais géneros depois da aventura do parque.

## Falar claro

Palavras do sr. José Barbosa na «Luta» que fazem lembrar os velhos portuguêses no desassombro e na lialdade do conselho:

Acaso póde durar uma situação como esta em que nos encontramos? Não se iluda o sr. Sidónio Pais: *o problema fundamental é o politico e, como estamos em República, só por processos republicanos, com gente republicana, e para fins republicanos, poderá S. Ex.ª encontrar fórma de sair do béco em que entrou.*

Se é capaz de desistir do desvairado esforço de consolidar as instituições republicanas com o apoio de partidários da restauração monárquica, deixe-se de festas hípicas e outras diversões como aquela a que um pequenino saloio levou o famoso comentário—*isto é que é uma pândega*...

O seu papel não é presidir a nenhuma pândega. E' sacrificar as suas comodidades, os seus prazeres, as suas vaidades, os seus interêsses á felicidade do país, que não lhe entregou os seus destinos, mas teve de reconhecer que êles passavam a ser confiados á sua guarda.

Isto, sr. Sidónio Pais, é uma República. Não se governa com uma camarilha aristocrática, nem com uma *élite* de juvenis aspirantes a generais de qualquer Bonaparte que apareça. Uma democracia não vive sem exterioridades democráticas, sem sentimentos democráticos, sem principios democráticos.

Pare no plano inclinado em que vai o seu carro triunfal, sr. Sidónio Pais. Volte aos republicanos! Faça um sincero acto de contrição e reconheça que o primeiro, o maior dos problemas nacionais é defender a República. Esse é que nesta altura é o grande problema político, o que tem de prevalecer sôbre todos, a não ser que seja o próprio presidente da República quem queira tornar definitivo o conflito em que tem vivido com os republicanos, confiando dos monárquicos a regeneração da República, e impondo aos republicanos a obrigação de repetir o esforço de 1910, para reimplantar a República!

## Trespasse de mercearia

Em vista de o seu proprietário ter de fixar residência na Corredoura, trespassa-se a bem afreguezada mercearia de Traz de S. Paio, sita na rua Dr. Avelino Germano, n.º 45, desta cidade.

## Desamôr a Guimarães

No Decreto n.º 4799, de 8 de Setembro de 1918, que codificou e regulamentou todas as disposições legais em vigor relativas á Instrução Secundária,—diz assim o § único do art. 3.º: *conserva a sua actual situação o Liceu Nacional de Lamego.*

Foi a maneira engenhosa de o Govêrno salvar no Regulamento o Liceu Central de Lamego, que degolára na Lei, quando sómente concedeu aos Liceus distritais a possibilidade de manterem a sua atual situação.

Mas porque não se fez o mesmo a Guimarães?

Talvez porque Lamego mexeu-se a tempo e soube alegar que fôra o berço do sr. ministro da Instrução.

Magôa o nosso amor proprio êste evidente propósito de fazer de umas localidades filhas prendadas e de outras umas pobres *engeitadinhas*, e não podemos compreender que melhores títulos possua, para uma excepção, a cidade de Lamego. Nem melhores, nem tão bons.

Com a mesma penada poderia o Govêrno ter feito justiça a dois...

*

Depois de escritas estas palavras, chega-nos a notícia de que a nossa Câmara recebera de *alguem* a comunicação de que iam abrir-se no nosso Liceu as matrículas dos cursos complementares. E' cérto, porém, que, até á última hora, tal ordem não baixou de quem de direito á secretaría do Liceu, não obstante reiterados telegramas.

Como quer que seja, não compreendemos autorizações de matrículas como que á surrelfa, e com o geito de quem dá um *bôdo* por uma vez. O preto no branco é o que se pretendia, como amoravelmente se fez para Lamego. Ficam, portanto, de pé os nossos queixumes por não vermos salvaguardados os nossos direitos,—o que aliás era tão fácil com boa vontade.

## Com toda a atenção

O govêrno está examinando, com todo o vagar, o relatório do dr. Costa Santos sôbre a famosa compra das 33.500 acções. E diz-lhe um jornal:

«Se o govêrno, antes de comprar as acções, que nada valiam, tivesse examinado o negócio com o mesmo vagar com que está a examinar o relatório da operação, ainda a estas horas o Estado seria o dono dos tres mil e tantos contos que deu por elas e que serviram para muita gente enriquecer, ao que consta.»

Bela estocada!

## Será possivel?

Do correspondente político do «Primeiro de Janeiro»:

A Inglaterra mandou aos paises aliados, que costumam aproveitar-se dos seus serviços de país fornecedor, um convite para lhe remeterem a nota dos produtos de que necessitariam em 1919, a fim de se fazer o respectivo rateio. Portugal recebeu naturalmente a circular, mas, como é uma terra onde reinam, como soberanas, a indolência e a desordem, esqueceu-se de responder ou reservou a resposta para quando já fosse tarde. Veio de Londres o pedido de uma resposta clara e urgente, com o esclarecimento de que todos os outros aliados haviam feito as suas reclamações nos devidos termos e no tempo devido. Que respondesseimos, por isso, quanto antes, para não ficar de fóra. O nosso desleixo não tem emenda. Carateriza-nos e marca-nos como um ferrete, ainda quando se trata da nossa própria sustentação.

Será possível que, perante tão claro e auxiliador convite, o nosso govêrno cruzasse os braços indiferente sem perceber que está bailando à borda dum abismo?

Não andará tudo doido?

ODISSÉA DUM SENHORIO!

## Queiram os senhorios meditar

Tendo Augusto Ferreira Simões, proprietário da Vila Elvira, em Campolide de Baixo, promovido uma acção de despejo contra o inquilino Tomé Borges por falta de pagamento de rendas, foi êste mandado sair judicialmente da casa, a qual ficou fechada, sendo a respectiva chave entregue ao senhorio.

O inquilino expulso, logo depois de se retirarem os oficiais de diligências, arrombou a porta da referida casa e lá se instalou de novo, recusando-se a sair e insultando o senhorio. Êste foi queixar-se ao Govêrno Civil, mas lá disseram-lhe que não tinham nada com o assunto, o qual só na Boa Hora poderia ser resolvido. Foi á Boa Hora o Simões e lá disseram-lhe que já tinham feito o que tinham a fazer e não tinham mais nada com o caso. Tornou a ir ao Govêrno Civil, lá deixou uma queixa contra o Borges inquilino, mas disseram-lhe que tal queixa só poderia ter efeito passado três mêses, *isto só quanto ao crime de arrombamento*, pois quanto a fazerem sair o homem Borges da casa que êle tinha conquistado á fôrça, lá isso não podiam. Em vista disso, o senhorio foi mais uma vez tentar fazer sair o inquilino teimoso, mas não o conseguiu. Descobriu-se que o Borges tinha o apoio dum chefe de esquadra. Parece que sim, pois tendo sido agredido á paulada e pedido auxilio na tal esquadra fez a policia ouvidos de mercador!

Ora vá uma pessoa meter em sua casa *gajo* desta fôrça! Não caiam nessa os senhorios, sem uma inquirição *de vita et moribus!*

## Nova época de exames

Ainda mal não acabaram os exames da 1.ª época (no Pôrto ainda corriam há dias) e já está concedida á rapaziada dos liceus uma segunda época.

Pensavamos que o sr. Ministro de Instrução, que é professor, estaria já convencido que não é de pessoas habilitadas com exames que *há crise*. Disso há por ahi ás manadas. Do que há falta é de pessoas com as necessárias habilitações para serem na vida social instrumentos de utilidade pública.

Deem-lhes, pois, tempo para se habilitarem convenientemente.

Uma época a findar e já outra a começar?

E para quando fica o trabalho de habilitar?

Estamos vendo que não é disso que se carece.

A questão é do exame.

E vamos todos nesta *pândega*.


## Almanaque Bertrand

para 1919

| | |
|---|---|
| Em brochura..... | $80 |
| Cartonado..... | $100 |
| Em marroquim..... | 1$60 |

Livrarias Ailaud & Bertrand

RUA GARRET—LISBOA


## NECROLOGIA

Surpreendeu-nos ante-ontem a infausta nova de ter sucumbido inesperadamente, na sua linda vivenda da Avenida Miguel Bombarda, a sr.ª D. Izabel da Conceição da Fonseca e Silva, esposa amantissima do nosso estimado amigo sr. João Paulo da Silva, considerado industrial, e filha estremecida do sr. Manuel José da Fonseca, proprietário da antiga alfaiataria da rua da Rèpública.

Prostrou a bondosa senhora, na fôrça da vida, uma doença implacável para combater a qual foram impotentes os esforços da sciencia e os carinhos da desolada familia.

Foram largamente concorridos os funerais, celebrados hoje ao meio-dia no templo de S. Domingos.

Avaliando a rudeza do golpe que neste momento dilacera o coração do inconsolável viuvo e do pai, irmãos e demais familia da sempre chorada extinta, acompanhámo-los na sua infinita amargura.

*

Sucumbiu há dias, em plena juventude, a sr.ª D. Angelica Ribeiro Gomes de Abreu, filha dilecta do sr. Manuel Ribeiro Gomes de Abreu e irmã muito querida do nosso amigo sr. António Ribeiro Gomes de Abreu.

Figura insinuante e possuidora de magníficos dotes de coração, o seu inesperado passamento contristou toda a gente.

Paz á alma da inditosa senhora e a nossa mais viva condolência áqueles que pranteiam a sua morte.

*

Faleceu ontem, quási subitamente, o sr. Manuel Maurício, empregado no armazem da fábrica da Avenida.

Era um bom chefe de família, que o desventurado deixa em precárias circunstâncias.


## Casa Penhorista Vimaranense

(FUNDADA EM 1880)

Rua da República, 144-Guimarães

### Leilão de penhôres

Em harmonia com o art. 1.º do decreto de 1 de Outubro de 1900, faz-se público que no dia 20 e seguintes do proximo mês de Outubro, se procederá, na séde desta casa, á arrematação de todos os objectos que se consideram abandonados por falta de pagamento de juros.

Guimarães, 19 de Setembro de 1918.

Os proprietários,

*Peixoto & Rocha.*

## A CONFIDENTE

Caixa de empréstimos côbre penhores

31, Praça de S. Tiago, 33

Avisam-se os srs. mutuários de que, até ao dia 26 do corrente, devem vir pagar os juros dos seus objectos, em débito há mais de três meses, a fim de evitarem que sejam vendidos em leilão, que se ha-de efectuar no dia 3 de Novembro.

Guimarães, 2 de Outubro de 1918.

O PROPRIETARIO

*José Fernandes Vieira Guimarães.*


## Escóla Industrial Francisco de Holanda

**Alocução proferida pelo sr. Abel Cardoso, dignissimo director daquele estabelecimento de ensino, por ocasião da abertura da exposição dos trabalhos escolares**

*Alunos:*

Não se trata duma dissertação em sessão solene. Apenas, ao inaugurar a modesta exposição dos vossos trabalhos escolares, desejo prender a vossa atenção uns minutos, poucos, narrando vos sucintamente a história da Escola Industrial «Francisco de Holanda». Ouvi pois:

Creada esta Escola primitivamente, em 1884, há 34 anos portanto, como simples escola de desenho, só mais tarde, mêses volvidos, foi transformada em Escola Industrial e denominada de Francisco de Holanda. A sua creação e o seu desenvolvimento obedeceram, é claro, a imperiosas necessidades das industrias locais e assim, foi acolhida com sincera entusiasmo pelos Vimaranenses de todas as classes sociais e de todas as categorias.

E' justo registar-se o papel altamente simpático, desempenhado á data pela benemérita Sociedade Martins Sarmento, cedendo uma das súas salas, mobilia e material de ensino de que podia dispôr, para regular o funcionamento da aula de desenho, até que mobilia e material próprios fossem adquiridos pelo Estado. E' que a Sociedade Martins Sarmento, inteligente interprete do sentir do povo de Guimarães, facilitando a realização de tão importante melhoramento para esta cidade, tinha a convicção de que satisfazia uma das suas mais lidimas aspirações.

Inaugurou-se pois a cadeira de desenho industrial, a 14 de Janeiro de 1885, na séde da Sociedade Martins Sarmento, então ao Largo do Carmo, na casa hoje pertencente ao ilustre professor e dig.mo Secretário desta Escola, sr. dr. Matos Chaves. Ali funcionou até que, adquirido pouco depois o indispensavel material próprio, se instalou numa casa de aluguer, á rua Paio Galvão, hoje habitação do nosso estimado conterrâneo sr. Joaquim Pereira Mendes, onde se conservou até Outubro de 1885 com a animadora frequência de 110 alunos do sexo masculino e 43 do sexo feminino. No decorrer dêsse ano foi-se completando o pessoal da Escola Industrial e em Fevereiro de 1886 procedeu-se á sua instalação definitiva, em edifício propositadamente oferecido para êsse fim pela ilustrada e patriótica Câmara de então. Esse edificio é hoje pertença e habitação do sr. dr. Moura Machado. Lá permaneceu anos, várias circunstâncias s deram, mas ventos passaram depois, que a forçaram a procurar abrigo nos chamados barracões da Escola Industrial, ao Proposto, em condições absolutamente impróprias, com manifesta incúria dos nossos governantes e na mais profunda indiferença de muitos daqueles vimaranenses de todas as classes sociais e de todas as categorias, que, em 1884, haviam acolhido a sua creação com sincero entusiasmo. Novas circunstâncias sobrevieram ainda, que, em meio das maiores dificuldades, nos permitiram emfim num canto embora exiguo dêste edificio em que nos encontramos, a sua nova instalação, graças á boa vontade do esclarecido director ilustre antecessor meu, sr. dr. Joaquim José de Meira, do dig.mo Reitor do Liceu, sr. José de Pina e do ex.mo Presidente da C. E. da Câmara Municipal, sr. Mariano da Rocha Felgueiras. E, tristissimo é confessa lo, se não fosse o acendrado patriotismo dêstes ilustres cidadãos vimaranenses, a Escola teria certamente de funcionar no meio da rua ou talvez de morrer ao abandono, cómo coisa inutil, quicá prejudicial!

E, todavia, a Escola Industrial Francisco de Holanda, vós o sabeis reconhecer, não merece similhante indiferença, tal ingratidão, tão deprimente injustiça, pois prestou e continua prestando relevantes e palpaveis benefícios ás industrias de Guimarães. *Sim, afirmo o categoricamente* e desejo que, dum modo incisivo, o afirmeis onde quer que vos encontreis. Apesar de todas as contrariedades, a Escola, conforme se encontra, (e o optimo é inimigo do bom) vai cumprindo a sua missão com uma frequência geralmente mais que regular.

Mas... vamos a provas de benefícios prestados: A marcenaria, em Guimarães, está prestes a atingir o máximo do desenvolvimento, principalmente nas oficinas de Neves & C.ª; pois os seus directores técnicos foram alunos, e dos mais distintos desta Escola Industrial. Estou portanto absolutamente certo, habilitado por confronto, de que, se não tivessem frequentado com amor as nossas aulas de desenho, não teriam canalizado as suas aptidões e jámais sairiam da banal intuição dos habilidosos. Pena é que nem todos os seus operários lhes tenham seguido o exemplo.

*(Conclue no próximo número).*


## AVA

ANTIGA GUARDASOLRIA

CARVALHO

Executam-se todos os concertos

*Ao Guardasol Elegante!*

154, R. Republica, 160 - Guimarães


## A MOÇÃO

**que deveria ser aprovada no dia 15, nos comicios da U. O. N.**

**Quanto á carestia da vida**

1.º Revisão e rectificação dos preços dos géneros de produção nacional continental, em harmonia com as tabelas elaboradas pela U. O. N., tendo em vista o aumento dos salários, dos adubos, das sementes, etc., preços que em caso algum poderão ir além de 50 por cento sôbre os que vigoravam antes da guerra nos seguintes géneros: «de origem vegetal»: arroz, azeite, batatas, cebolas, feijão, fava, grão de bico, hortaliças, milho, trigo, pão, carvão, linho, lenha e forragens para gado, etc., etc.; «de origem animal»: carnes frescas e de conserva, leite, queijo, ovos, peixe fresco, em salmoura e em azeite, lãs, solas e cabedaes, etc.,

2.º Fixação dos preços das rendas das casas, de forma que estes não excedam 20 por cento dos que vigoravam antes da guerra.

3.º Que seja criado um único tipo de pão em todo o país, de um só peso, que não deverá exceder 500 gramas, composto de trigo, milho, centeio, cevada e aveia, devendo ser estabelecido o seguinte diagrama: trigo, 35 por cento; milho, 25; centeio, 15; cevada, 15; aveia, 10. Nas regiões cuja população esteja habituada exclusivamente ao milho, haverá tambem essa qualidade de pão.

4.º Racionamento dos géneros alimenticios, depois de um perfeito e rigoroso inquérito ás respectivas exigências para que a capitação resulte equitativa.

5.º Proibição, rigorosamente absoluta, de exportação de géneros alimenticios, seja a que pretexto fôr, excepto do pescado em conserva e salgado, que poderá ser exportado depois de reguladas as necessidades de consumo interno ou local.

6.º Aproveitamento dos transportes maritimos mobilisados pelo Estado, tendo sempre em vista o principio económico da maior utilização do material circulante, de modo que êsses transportes sirvam e facilitem as permutas entre países que nos possam fornecer produtos que venham ocorrer ás necessidades da alimentação nacional.

7.º Rigorosa utilização e distribuição do material circulante dos caminhos de ferro, de fórma a garantir sempre a preferência para o transporte de géneros de primeira necessidade e redução sensivel das respectivas tarifas, tornando-a extensiva aos adubos e outras matérias primas.

8.º Concessão de todas as facilidades para a importação dos géneros alimenticios de primeira necessidade, adubos e matérias primas para a industria nacional, com isenção de direitos e barateamento sensivel de fretes nos vapores do Estado e utilização dos transportes de guerra para a condução dos géneros a importar.

9.º Execução, extensiva a todo o país, do parecer elaborado por um dos anteriores componentes da comissão administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, referente ao abastecimento do peixe e municipalização de todas as demais industrias que se relacionam com a alimentação e ainda dos serviços de viação, água, gaz e electricidade.

10.º Intensificação da produção agricola, facilitando o Estado aos agricultores conhecimentos, instruções modernas, crédito, gado, máquinas, alfaias, sementes e adubos.

*(Conclue no próximo número).*


## "ATLANTICA,,

Companhia de Seguros

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

| | | |
|---|---|---|
| Capital social.... | Esc. | 500.000$00 |
| » realizado. | » | 50.000$00 |
| Fundo de reserva | » | 150.000$00 |

**SÉDE: LOYOS, 92—PORTO**

| | | |
|---|---|---|
| **Receita de 1914....** | **Esc.** | **36.988$03.5** |
| **» » 1915....** | **»** | **71.197$29.3** |
| **» » 1916....** | **»** | **537.897$91.6** |
| **» » 1916....** | **»** | **3.139:404$23** |
| **Sinistros pagos em 1914** | **E.** | **22.691$41** |
| **» » » 1915** | **»** | **25.903$15** |
| **» » » 1916** | **»** | **153.470$90.5** |
| **» » » 1917** | **»** | **1.427:035$74** |

AGENCIAS EM FRANÇA, INGLATERRA, NORUEGA SUECIA, DINAMARCA, ESPANHA E EGITO

*Seguros contra fogo.—Seguros contra fogo e roubo.—Seguros contra grêves e tumultos.—Seguros agricolas. Seguros contra quebra de cristais.—Seguros de guerra. Seguros maritimos e postais.—Seguros contra inundações e enxurradas.*

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Manuel Joaquim de Oliveira
Dr. José Maria Soares Vieira
Silvino Pinheiro de Magalhães
Dr. Leopoldo Correia Mourão
Jaime de Sousa
} Directores

*Agentes em todas as terras do país*

Commissarios de avarias em todos os portos do mundo

DELEGAÇÃO EM GUIMARÃES

Passeio da Independencia, 102 a 105

## A MUNDIAL

COMPANHIA DE SEGUROS

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Capital: 500:000$00 escudos

**Seguros contra acidentes de trabalho**
**Seguros contra fôgo**
**Seguros de vida**
**Seguros de transportes**
**Seguros contra roubos**
**Seguros de cristais.**

Correspondente na Corredoura (S. Torcato):

*João Vasco Cardoso Guimarães.*